**NOME DO CANDIDATO:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**RG DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**INSTRUÇÕES:**

**a) Prova sem consulta à legislação.**

**b) Cada questão vale 0,5 ponto (valor total da prova 10).**

**c) Assinalar apenas uma alternativa (sem rasuras e à caneta) no gabarito ao final da prova (todo o mais escrito na prova será desconsiderado)**

**d) a identidade do candidato, o lançamento do nome na prova e no gabarito, e a conferência da documentação de identificação, será feita logo no início da avaliação.**

**QUESTÕES**

1.Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado. Qual a alternativa abaixo não contém um documento indispensável ao requerimento:

a) ata notarial lavrada pelo tabelião, atestando o tempo de posse do requerente e seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias;

b) planta e memorial descritivo assinado por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no respectivo conselho de fiscalização profissional, e pelos titulares de direitos reais e de outros direitos registrados ou averbados na matrícula do imóvel usucapiendo e na matrícula dos imóveis confinantes;

c) certidões negativas dos distribuidores da comarca da situação do imóvel e do domicílio do requerente;

d) justo título ou quaisquer outros documentos que demonstrem a origem, a continuidade, a natureza e o tempo da posse, tais como o pagamento dos impostos e das taxas que incidirem sobre o imóvel.;

e) comprovação da notificação extrajudicial do proprietário registrário da área usucapienda.

2. Sobre a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais, assinale a única alternativa que não corresponde a uma hipótese legal:

a) em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

b) ações coletivas;

c) em que figure como parte ou interessado pessoa portadora de doença grave, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6o, inciso XIV, da Lei no 7.713, de 22 de dezembro de 1988;

d) mandado de segurança e habeas data;

e) regulados pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3. Serão julgados em recurso ordinário (art. 105, II, da CF), pelo Superior Tribunal de Justiça (assinale a alternativa incorreta):

a) os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais regionais federais quando denegatória a decisão;

c) os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

d) os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro e, de outro, Município brasileiro.

e) os processos em que forem partes, de um lado organismo internacional e, de outro, pessoa residente ou domiciliada no País.

4. São requisitos de cabimento do IRDR (incidente de resolução de demandas repetitivas):

I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou de fato;

II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica;

III- que um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, não tenha afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva;

IV)

Assinale a alternativa correta:

a) todas as afirmativas estão corretas;

b) somente estão corretas as afirmativas II e III;

c) somente estão corretas as afirmativas I e II;

d) somente está correta a afirmativa I;

e) nenhuma afirmativa está correta.

5. À luz do art. 1.015 do CPC e do que o STJ e o STF têm decidido a respeito do tema, somente não é cabível agravo de instrumento contra a decisão interlocutória:

a) que inadmite o ingresso do amicus *curiae*;

b) cuja urgência decorrente da inutilidade da apreciação do recurso somente ao final justifique o cabimento;

c) da rejeição da alegação de convenção de arbitragem;

d) que julga incidente de desconsideração da personalidade jurídica;

e) que determina a exibição ou posse de documento ou coisa.

6. Conforme o CPC e o que o STJ vem decidindo a respeito do tema, são exceções à impenhorabilidade salarial do art. 833 do CPC:

I. o crédito decorrente do não pagamento de pensão alimentícia, pouco importa o valor do salário do devedor;

II. os valores salariais que excederem os 50 salários-mínimmos, seja qual for a natureza do crédito reclamado;

III. os valores inferiores a 50 salários-mínimos desde que haja prova de que o devedor, sem prejuízo do seu próprio sustento, pode dispor de parcela do salário para o pagamento da dívida de qualquer natureza.

Assinale a alternativa correta:

a) todas as afirmativas estão corretas;

b) somente estão corretas as afirmativas II e III;

c) somente estão corretas as afirmativas I e II;

d) somente está correta a afirmativa I;

e) nenhuma afirmativa está correta.

7. Conforme regime de precedentes qualificados estabelecido no CPC/2015, os juízes e os tribunais observarão:

I - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

II - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

III - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados;

IV – os enunciados das Jornadas do Conselho da Justiça Federal.

Assinale a alternativa correta:

a) todas as afirmativas estão corretas;

b) somente estão corretas as afirmativas III e IV;

c) somente estão corretas as afirmativas I, II e III;

d) somente estão corretas as afirmativas I e II;

e) somente estão corretas as afirmativas I, II e IV.

8. Duas empresas estrangeiras sediadas no Uruguay, elegeram contratualmente, por escrito e sem qualquer vício de vontade, a jurisdição brasileira para julgamento de eventuais conflitos decorrentes da relação jurídica entre elas. Nenhuma tem atividade ou exerce qualquer comércio no Brasil. Ocorrido o desacordo entre elas, uma das empresas apressou-se em ajuizar a ação perante a jurisdição brasileira, dando, assim, cumprimento ao quanto estabelecido no contrato. Assinale a alternativa correta a respeito do caso:

a) o juiz brasileiro, ao receber a inicial, deve extinguir o feito sem análise do mérito, pois que não havendo elemento de conexão do caso com o Brasil, ausente jurisdição brasileira, ainda que haja foro de jurisdição internacional;

b) o juiz brasileiro deve processar regularmente a ação, considerando que a lei brasileira admite a eleição da jurisdição brasileira como competente para o caso;

c) o juiz brasileiro somente poderá processar a ação caso a parte autora comprove que, antes do ajuizamento da ação no Brasil, notificou a parte adversa de que proporia a ação por aqui;

d) o juiz brasileiro, ao receber a inicial, deve extinguir o feito sem análise do mérito, pois não se admite o processamento de ações no Brasil com partes estrangeiras;

e) o juiz brasileiro deve processar regularmente a ação, considerando que o Brasil tem jurisdição plena para processamento de ações de qualquer país integrante do Mercosul.

9. Sobre a teoria da encampação no âmbito do Mandado de Segurança, a jurisprudência superior tem assinalado a existência de alguns requisitos.

I) deve haver vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações (autoridade encampante) e a que ordenou a prática do ato impugnado (autoridade encampada);

II) a autoridade encampante se a respeito do mérito da impetração nas informações prestadas;

III) inexista de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal, por conta da encampação;

IV) o impetrante aceite a encampação realizada pela autoridade indicada como coatora.

Observe as assertivas acima e após responda:

a) todas as afirmativas estão corretas;

b) somente estão corretas as afirmativas III e IV;

c) estão corretas as afirmativas I, II e III;

d) somente estão corretas as afirmativas I e II;

e) somente estão corretas as afirmativas I, II e IV.

10. Sobre a ação de alimentos e revisional de alimentos, assinale a alternativa incorreta:

a) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.

b) O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca.

c) O CPC/2015 disciplina a ação de alimentos no capítulo relativo às ações de direito de família.

d) Julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da citação.

e) O foro do domicílio ou da residência do alimentando é o competente para ação de investigação de paternidade, quando cumulada com alimentos

11. A respeito dos mecanismos de proteção aos direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 e dos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

a) A ação popular é remédio constitucional para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, constantes de registros ou de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

b) O mandado de segurança coletivo caracteriza-se por ter dois ou mais impetrantes, que sejam pessoas físicas ou jurídicas, no polo ativo.

c) O habeas data visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa e ao patrimônio histórico e cultural.

d) Mandado de injunção é o instrumento constitucional a ser utilizado na hipótese de a ausência de norma inviabilizar o exercício de direito ou de liberdade constitucional referente à cidadania ou à soberania.

e) A finalidade do habeas corpus é proteger direito líquido e certo quando o responsável pela legalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

12. É corrente na doutrina a afirmação de que o princípio da cooperação rege as relações entre árbitro e juiz estatal. Assinale abaixo o único evento que não corresponde à aplicação do referido princípio.

a) o cumprimento de sentença arbitral, se necessário, deve ser feito perante o Judiciário;

b) a condução coercitiva de testemunha não pode ser realizada pela corte arbitral, devendo, antes, ser requerida ao Poder Judiciário;

c) a quebra de sigilo bancário e fiscal só pode ser determinada pelo Judiciário, devendo o árbitro, quando necessária a obtenção dos dados para o correto julgamento do processo arbitral, submeter a questão à apreciação do juiz;

d) quando necessárias, as medidas cautelares, na fase pré-arbitral, devem ser requisitadas ao Judiciário;

e) os atos de cooperação do Judiciário para com a arbitragem devem ser requisitados, como regra, por carta arbitral.

13. Sobre a prova testemunha, é correto afirmar que:

a) são incapazes de depor o interdito por enfermidade ou deficiência mental;

b) são impedidos de depor o que, acometido por enfermidade ou retardamento mental, ao tempo em que ocorreram os fatos, não podia discerni-los, ou, ao tempo em que deve depor, não está habilitado a transmitir as percepções;

c) são suspeitos de depor o amigo íntimo e o inimigo da parte ou de seu advogado;

d) são impedidos de depor o cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam;

e) são suspeitos de depor o cônjuge, o companheiro, o ascendente e o descendente em qualquer grau e o colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade, salvo se o exigir o interesse público ou, tratando-se de causa relativa ao estado da pessoa, não se puder obter de outro modo a prova que o juiz repute necessária ao julgamento do mérito.

14. Sobre negócios jurídicos processuais, assinale a alternativa incorreta:

a) submetem-se aos requisitos gerais de validade e eficácia dos negócios jurídicos em geral;

b) só podem ser celebrados por pessoas plenamente capazes e em sede de direitos autocomponíveis;

c) podem ter por objeto o procedimento ou situações jurídicas processuais;

d) não são admitidos no âmbito dos Juizados Especiais;

e) podem ser celebrados antes ou no curso do processo.

15. Não compete à Justiça Estadual julgar as causas:

a) que tenha como parte sociedade de economia mista com preponderância de capital da União;

b) ações acidentárias típicas ajuizadas contra o INSS;

c) ação de reintegração de posse de imóvel dado em comodato, em virtude do término da relação de trabalho;

d) ação ajuizada por servidor público estatutário estadual, a fim de discutir a forma de reajuste anual de seus vencimentos;

e) ação de recuperação judicial, cujo maior credor seja autarquia federal.

16. Sobre o princípio da cooperação, assinale a alternativa que não corresponde a um dos deveres do juiz:

a) dever de esclarecimento: cumpre ao juiz esclarecer-se quanto às manifestações das partes; questioná-las quanto a obscuridades em suas petições; pedir que esclareçam ou especifiquem requerimentos feitos em termos mais genéricos e assim por diante;

b) dever de diálogo ou de consulta: impõe-se reconhecer o contraditório não apenas como garantia de embate entre as partes, mas também como dever de debate do juiz com as partes;

c) dever de prevenção: o juiz deve advertir as partes sobre os riscos e deficiências das manifestações e estratégias por elas adotadas, conclamando-as a corrigir os defeitos sempre que possível;

d) dever de auxílio: o juiz deve ajudar as partes, eliminando obstáculos que lhes dificultem ou impeçam o exercício das faculdades processuais;

e) dever de amparo: o juiz tem o dever de amparar as partes em suas dúvidas processuais, antecipando juízos decisórios que porventura tomará no futuro.

17. Assinale a alternativa que não corresponde a uma hipótese de extinção do processo, sem análise do mérito, no sistema dos Juizados Especiais:

a) quando o autor deixar de comparecer (por si ou por representante com adequados poderes) a qualquer das audiências do processo;

b) quando inadmissível o procedimento instituído pela Lei 9.099/95 ou seu prosseguimento, após a conciliação;

c) quando for reconhecida a incompetência territorial;

d) quando falecer o autor ou réu da ação;

e) nas hipóteses previstas na legislação processual comum (art. 485, do CPC).

18. Considerando as hipóteses em que: a) haja cobrança indevida de tarifa bancária em contratos de financiamento de imóvel de alto padrão; e b) haja aumento indevido de mensalidade escolar em instituição privada de educação superior, é lícito afirmar que o Ministério Público:

a) está legitimado a mover ação civil pública somente na primeira hipótese, de cobrança indevida de tarifa bancária em contratos de financiamento;

b) está legitimado a mover ação civil pública somente na segunda hipótese, de aumento indevido de mensalidade escolar em instituição privada de educação superior.

c) está legitimado a mover ação civil pública, porquanto ambos os casos envolvem questão coletiva, atinente a interesses individuais homogêneos.

d) está legitimado a mover ação civil pública, porquanto ambos os casos envolvem interesses difusos.

e) não está legitimado a mover ação civil pública, uma vez que as hipóteses consideradas versam sobre interesse individual disponível, de natureza privada.

19. Relativamente aos interesses transindividuais, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

a) os titulares dos interesses difusos estão ligados por uma origem em comum.

b) os titulares dos interesses individuais homogêneos estão ligados por uma circunstância de fato.

c) os titulares dos interesses coletivos estão ligados por uma origem em comum ou por uma circunstância de fato.

d) os titulares de interesses difusos estão ligados por uma relação jurídica base.

e) os titulares de interesses coletivos estão ligados por uma relação jurídica base.

20. Sobre as condições da ação, assinale o incorreto.

a) são duas: interesse e legitimidade;

b) a ausência implica extinção do processo, sem análise do mérito;

c) podem ser conhecidas em qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive oficiosamente em sede de recursos extraordinário e especial;

d) junto aos pressupostos processuais, compõem o que doutrina nomina como sendo requisitos de admissibilidade do julgamento do mérito;

e) prevalece, no âmbito do STJ, a teoria da asserção a respeito das condições da ação.

**NOME DO CANDIDATO:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**RG DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**GABARITO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 1 |  | 11 |  |
| 2 |  | 12 |  |
| 3 |  | 13 |  |
| 4 |  | 14 |  |
| 5 |  | 15 |  |
| 6 |  | 16 |  |
| 7 |  | 17 |  |
| 8 |  | 18 |  |
| 9 |  | 19 |  |
| 10 |  | 20 |  |